

Montadoras chinesas trazem milhares de trabalhadores ao Brasil

Especialistas dizem que movimento indica fase de implantação industrial

A chegada acelerada de montadoras chinesas ao Brasil tem provocado uma mudança silenciosa nos bastidores da indústria automotiva. Dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) mostram um crescimento expressivo das autorizações de residência laboral para trabalhadores nascidos na China, movimento que acompanha a expansão de fabricantes chinesas interessadas no mercado brasileiro, especialmente no setor de veículos elétricos e eletrificação automotiva.

Em 2025, foram registradas 10.131 autorizações desse tipo. Já em 2026, até abril, o número soma 4.059, sendo 3.196 apenas no primeiro trimestre. Um detalhe dos dados ajuda a explicar a natureza desse fluxo migratório: a maioria das permissões atuais está enquadrada na categoria “trabalho sem vínculo”, com 2.255 registros neste ano, contra 1.102 autorizações classificadas como “trabalho com vínculo”.

Na prática, isso significa que muitos desses profissionais não entram necessariamente como empre-

gados formais contratados no Brasil. Em vez disso, costumam atuar em assistência técnica, instalação de maquinário, treinamento de equipes, parametrização de sistemas produtivos e implantação de fábricas.

O avanço dos números levantou uma pergunta inevitável: trata-se de substituição de mão de obra brasileira ou de uma etapa esperada da industrialização?

Para o engenheiro e especialista em desenvolvimento de negócios Felipe Fogaça, os dados apontam muito mais para uma fase de implantação industrial do que para um movimento estrutural de substituição de trabalhadores locais.

“Os dados indicam de forma contundente que estamos em uma fase de implantação industrial, e não em um movimento estrutural de substituição de mão de obra. Quando observamos a predominância da categoria ‘trabalho sem vínculo’, fica claro que muitos desses profissionais chegam para comissionamento de maquinário, auditoria de qualidade inicial, treinamento e implantação de linhas produtivas”, afirma.



Divulgação

Processo reacende debate sobre empregos, tecnologia e indústria nacional

Segundo ele, esse tipo de dinâmica é comum em projetos industriais iniciados do zero, conhecidos como greenfield, independentemente do país de origem da empresa.

“Quando europeus, japoneses ou americanos instalaram suas montadoras no Brasil, o movimento foi semelhante. O diferencial chinês atual é a velocidade e o volume. Em vez de enviar poucos engenheiros seniores, muitas empresas adotam uma implantação em bloco, com equipes maiores atuando diretamente na montagem da fábrica e na transferência operacional inicial”, explica.

Para especialistas, o fato de a maioria dos profissionais estar registrada como “sem vínculo” altera significativamente a interpretação sobre impactos no mercado de trabalho brasileiro.

“O dado mais importante não é o volume de autorizações, mas a natureza delas. Quando mais da metade está em ‘trabalho sem vínculo’, a leitura mais consistente é que estamos diante da montagem da operação, e não da substituição direta do trabalhador brasileiro no quadro permanente”, explica o consultor de negócios Marcos P. Victor.

Ele ressalta, porém, que o cenário exige acompanhamento para que a fase de implantação não se transforme em dependência estrutural de especialistas estrangeiros.

“A presença de técnicos estrangeiros torna-se problemática quando deixa de ser temporária e passa a ser permanente em funções que brasileiros qualificados poderiam exercer. A pergunta central não é se devemos aceitar trabalhadores chineses, mas se

o Brasil ficará com a tecnologia quando esses profissionais forem embora”, afirma.

A discussão se torna mais relevante diante das transformações tecnológicas do setor automotivo. Diferentemente da indústria voltada a motores a combustão, o mercado de veículos elétricos exige conhecimentos especializados em baterias, sistemas eletrônicos, alta voltagem, automação e software embarcado.

Segundo Felipe Fogaça, embora o Brasil tenha tradição robusta em engenharia industrial, ainda existe uma lacuna técnica específica para a nova geração de mobilidade elétrica.

“Ainda faltam profissionais em escala suficiente para áreas como química avançada de baterias, integração de software veicular e sistemas de alta voltagem”, explica.

Mercado financeiro eleva previsão da inflação de 5,09% para 5,11% este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 5,09% para 5,11% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (8), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a inflação, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela décima terceira semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3%, com intervalo de to-

lerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em abril, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial, que fechou em 0,67%. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,39%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda dentro do teto da meta de inflação.

A inflação de maio será divulgada na próxima sexta-feira (12) pelo IBGE.

Para 2027, a projeção da inflação variou de 4,02% para 4,03%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,65% e 3,5%, respectivamente.

Taxa Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa



Joédson Alves/Agência Brasil

Para 2027, a projeção variou de 4,02% para 4,03%

básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na última reunião, em abril, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic

em 0,25 ponto percentual, pela segunda vez seguida, apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15%

ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros na reunião passada, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificulta o trabalho do Copom.

Em ata, o colegiado não deu pistas sobre a evolução dos juros. No documento, o BC informou que está monitorando o conflito e os efeitos de um possível prolongamento sobre a inflação.

O próximo encontro do Copom para definir a Selic será nos dias 16 e 17 de junho.

Nesta edição do Focus, a estimativa dos analistas de mercado para a taxa básica até o fim de 2026 subiu de 13,25% ao ano para 13,5% ao ano.